

CORRUPÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOB A ÓTICA DE UM GRUPO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE LAGARTO/SE

Gilvanete Dantas Costa¹

Cleriston Santos Silva²

RESUMO

Os desvios de verbas públicas sugam os recursos das cidades e afeta a qualidade do ensino, esses desvios na maioria das vezes é retirado da merenda e dos materiais das escolas municipais, levando assim, a desmotivação dos professores envolvidos com a aprendizagem dos alunos e prejudicando de maneira direta o desenvolvimento intelectual e cultural das crianças e adolescentes. Diante de tais fatores busca-se encontrar respostas para a problemática levantada nessa pesquisa sobre: Qual a visão de determinado grupo de professores Lagartenses sobre os dirigentes políticos corruptos? Este artigo tem como objetivo geral: analisar como a visão dos professores sobre corrupção pode repercutir na formação dos cidadãos Lagartenses para um maior acompanhamento das políticas públicas. E, especificamente propõe-se: analisar a visão dos professores da rede Municipal da cidade de Lagarto em relação à corrupção; entender que relação os professores estabelecem entre corrupção e políticas públicas educacionais; e, discutir que ações os docentes podem desenvolver no sentido do combate a corrupção. A metodologia aplicada foi à pesquisa exploratória e o estudo de caso, onde a principal finalidade é desenvolver, esclarecer ou modificar ideias. O presente estudo de caso foi desenvolvido em uma escola da rede Municipal da cidade de Lagarto; a instituição possui uma equipe com 50 professores onde 10% deles participaram da pesquisa. Os principais resultados são: a participação dos educadores no controle social ainda é incipiente; o cidadão é o maior fiscal dos recursos de uma cidade; e que a fiscalização do cidadão pode auxiliar na diminuição dos desvios do dinheiro público.

Palavras chaves: corrupção, cidades, políticas públicas, educação.

¹ Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade José Augusto Vieira (FJAV) / Pós-Graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mails: gilvanetefjav@hotmail.com; gilvaneteadm@hotmail.com.

² Economista; Especialista em Didática e Metodologia de Ensino Superior e em Formação em Educação a Distância; Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Prof. Tutor do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal (UFS/CESAD/UAB). E-mail: cleriston.ufs@gmail.com

ABSTRACT

Deviations of public funds suck the resources of cities and affects the quality of education, these deviations are most often removed from school lunch and materials at local schools, thus leading to demotivation of teachers involved with student learning and undermining of direct way the cultural and intellectual development of children and adolescents. Given these factors we seek to find answers to the issues raised in this research: What is the vision of a particular group of teachers Lagartenses about corrupt politicians? This article aims generally to analyze how teachers' views on corruption may influence the formation of citizens Lagartenses for further monitoring of public policies. And specifically aims to: analyze the vision of teachers from the City of Lagarto about corruption; understand that teachers establish the relationship between corruption and public educational policies, and discuss what actions teachers can develop towards fighting corruption. The methodology was applied to exploratory research and case study, where the main purpose is to develop, clarify or modify ideas. This case study was developed in a school in the City of lizard, the institution has a staff of 50 teachers where 10% of them participated in the survey. The main results are: the involvement of educators in social control is still incipient, the citizen is the biggest fiscal resources of a city, and that the citizen oversight can help to reduce the deviations of public money.

Keywords: corruption, cities, public policy, education.

1 INTRODUÇÃO

A corrupção é considerada como um complexo fenômeno social, político e econômico por afeta todos os países. Ela envolve diferentes contextos e prejudica as instituições democráticas, diminui o desenvolvimento econômico de todo o mundo e contribui para a instabilidade política.

Ela inclui prática de suborno, propina, fraude, apropriação indébita e outros tipos de recursos que envolvem a participação de funcionários públicos. Além disso, a corrupção se relaciona com casos de nepotismo, tráfico de influência, utilização de informação privilegiada para fins pessoais e a compra e venda de sentenças judiciais.

Para combater tais práticas de forma efetiva na nossa sociedade é de suma importância contar com a participação do povo na gestão e controle do orçamento das cidades. Será por meio da participação social que o Estado irá cumprir o que trás a

Constituição Federal do país ao se referir que todos os cidadãos devem alcançar o direito a uma vida justa.

O cidadão conivente com a corrupção também se torna colaborador dela da mesma forma de quem praticou ou prática tal crime, é o mesmo que aceitar ativamente todas as atrocidades que ocorre nas cidades do país; é permitir que as nossas leis sejam descartáveis.

Com base nesses fatores o presente artigo tem como objetivo geral: analisar como a visão dos professores sobre corrupção pode repercutir na formação dos cidadãos Lagartenses para um maior acompanhamento das políticas públicas. Especificamente os objetivos são: analisar a visão dos professores da rede Municipal da cidade de Lagarto em relação à corrupção; entender que relação os professores estabelecem entre corrupção e políticas públicas educacionais; e, discutir que ações os docentes podem desenvolver no sentido do combate a corrupção. A metodologia aplicada foi à pesquisa exploratória e o estudo de caso, onde a principal finalidade é desenvolver, esclarecer ou modificar ideias.

O presente estudo de caso foi desenvolvido em uma escola da rede Municipal da cidade de Lagarto; a instituição possui uma equipe com 50 professores onde 10% deles participaram da pesquisa. Os principais resultados são: a participação dos educadores no controle social ainda é incipiente; o cidadão é o maior fiscal dos recursos de uma cidade; a fiscalização do cidadão pode auxiliar na diminuição dos desvios do dinheiro público. Os procedimentos adotados para a coleta dos dados foram separados em dois blocos: exame da literatura existente sobre o assunto e a observação por meio da aplicação de um questionário com perguntas padronizadas.

2 CORRUPÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

É no exercício da cidadania que se alcançará o crescimento e o desenvolvimento dos municípios, a população brasileira deve exigir um comportamento ético e eficiente no serviço público e dos representantes públicos; será por meio desses fatores que o cidadão deixará de ser vítima da corrupção nos municípios do país.

A corrupção pode ser considerada como a grande causadora dos males sociais e pode ser apontada como o fator decisivo no surgimento da pobreza que corrói a dignidade da população e arruína o serviço público e os Estados brasileiros. A arrogância, o crime e o tráfico são fatores que geram a violência na sociedade; é como se fosse um ciclo vicioso e sua origem está no descontrole administrativo vindo da própria corrupção.

Os desvios de verbas públicas sugam os recursos das cidades e afeta a qualidade do ensino, eles são retirados da merenda e dos materiais das escolas municipais, levando assim, a desmotivação dos professores envolvidos com a aprendizagem dos alunos e prejudicando de maneira direta o desenvolvimento intelectual e cultural das crianças e adolescentes. Isso pode ser evidenciado pelas palavras da CGU (2010):

Todos os cidadãos têm direito de saber como está sendo gasto o dinheiro público, dinheiro que nós pagamos através dos impostos. Esse dinheiro que pagamos contribui com merenda escolar, creches, escolas, assistências aos idosos, saúde, e remédios, esgotos, postos de saúde e outros órgãos em benefício da população. A população tem o direito de saber como esses recursos estão sendo aplicados, às vezes infelizmente existem administradores desonestos que se apropriam do dinheiro público, enquanto a população fica sem atendimento médico, sem merenda escolar, sem obras e serviços essenciais para viver com mais conforto e dignidade. Em muitas cidades a população não tem responsabilidade de procurar como está sendo gasto o dinheiro público na sua cidade. (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2010, p. 26).

A corrupção também contamina a área da saúde, prejudicando o bem-estar das pessoas impossibilitando o acesso a um tratamento médico adequado, digno de um ser humano. Não há como existir prosperidade em um ambiente onde o desvio de recursos predomine; dificilmente um projeto alcançará êxito e beneficiará o cidadão com tanto descaso dos responsáveis com o dinheiro público.

Os representantes eleitos pelo povo ao invés de cumprirem as promessas eleitorais em favor da população no momento em que atuam como gestores públicos, buscam é empregar amigos e parentes que colaboraram com seu período eleitoral; usurpando e se beneficiando do orçamento das cidades. Uma das varias estratégias utilizadas por esses indivíduos é através de notas fiscais fictícias, onde os serviços por elas declarados não são executados e entregues em favor da população. Segundo Amarribo (2006):

Como a nota fiscal é à base de toda transação comercial no Brasil, foi criada uma indústria de vendas de notas frias desse tipo de empresa. Existem organizações criminosas com atuação a nível estadual e até nacional. Mas a fraude também utiliza empresas legalmente constituídas e com funcionamento normal. Tais empresas vendem ao município produtos e serviços superfaturados, ou recebem, contra a apresentação de notas que discriminam serviços não executados e produtos não entregues. Tais fornecedores ou prestadores de serviços agem mediante acordo preestabelecido com o prefeito e/ ou seus assessores. As empresas emitem notas fiscais e a prefeitura segue todos os trâmites administrativos de uma empresa normal. Quando é necessária uma licitação, monta todo o procedimento de forma a dirigir o certame para uma empresa “amiga”, dificultando ou impedindo a participação de outras. Depois, dá recibo de entrega da mercadoria, empenha a despesa, e emite o cheque para o pagamento. Posteriormente, o montante é dividido entre o fornecedor e os membros da administração comprometidos com o esquema de corrupção. (AMARRIGO, 2006, p. 25-26).

Há uma dilapidação do dinheiro e do patrimônio público. Existem aquelas prefeituras que superfatura as notas fiscais emitidas, ou seja, eles registram na nota fiscal um valor maior do que deveriam; isso também ocorre nas licitações no momento em que eles dão um valor ao produto ou serviço oferecido superior ao que o mercado está oferecendo, a diferença entre esses valores são divididos entre pessoas desonestas que participam do processo licitatório. A Constituição (1988) em seu art. 74 diz:

Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao tribunal de contas da união, sob pena de responsabilidade solidária. § 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma de lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o tribunal de contas da união. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Vale ressaltar que não há como um prefeito agir de forma ilegal sem a conivência dos funcionários presentes, e a respeito disso a constituição diz que todos podem denunciar as irregularidades para o tribunal de contas.

Ser conivente é como perder a própria identidade, assumir não ter capacidade para dizer não a tantos desvios das verbas públicas, é aceitar que as escolas e universidades sejam um ambiente onde os alunos fingem que aprendem e professores fingem que ensinam. É falar sim para a discriminação do índio, do negro, das ciências políticas, da arte e as

calamidades públicas. Todos esses fatores são causados através da corrupção, dos desvios do orçamento público no momento em que pagamos nossos impostos e taxas.

Para Amarrigo (2006), há práticas tanto da administração pública como das autoridades municipais que denunciam a existência de corrupção, são comportamentos e fraudes fácil de detectar ao serem observadas de forma atenta como: sinais exteriores de riqueza, essa é uma das evidências a ser percebida rapidamente no momento em que os amigos e parentes dos gestores passam a exibir bens com um alto valor aquisitivo como carros, viagens, festas, ou seja, bens adquiridos de maneira rápida e ostentações de riqueza extravagantes.

A CGU (2007), diz que outro sinal de que alguma coisa está errada é quando há resistência das autoridades a prestar contas: eles se opõem a qualquer tipo de transparência; fazem o possível para que a câmara municipal não fiscalize seus gastos e querem a qualquer custo transformar os vereadores cúmplices de seus erros. Mesmo sabendo que a lei de responsabilidade fiscal é clara no momento que afirma: “Nenhum município pode gastar mais do que se arrecada é que todo o cidadão tem o direito de saber sobre os gastos públicos”, a clareza da lei ainda não impede que eles continuem camuflando as informações para a sociedade.

É dever dos representantes políticos mostrarem onde são utilizados todo o dinheiro que arrecadam. Pois essas verbas só podem ser usufruídas única e exclusivamente para custear a manutenção e limpeza das ruas, para coletar lixo, para o provimento da água, esgoto, educação, saúde, e obras públicas dentre outros fatores relevantes para as cidades. O Brasil é um dos países que mais arrecada impostos em todo o globo terrestre, por isso, é difícil aceitar que grande parte das cidades do país viva abandonada por consequência dos desvios desses impostos para as contas particulares das autoridades políticas. Segundo Amarrigo (2006):

Existem vereadores honestos e incorruptíveis que exercem seus mandatos com dignidade e responsabilidade. Esses, em geral, são perseguidos pelo do prefeito corrupto, o qual se utiliza de qualquer meio para dificultar a atuação desses legítimos representantes do povo e tenta até mesmo afastá-los da câmara municipal para abrir caminho ao desvio de recursos. No cumprimento de suas funções os vereadores que se baseiam na ética encontram obstáculos ao seu desempenho, pois normalmente não são atendidos pelas autoridades municipais em seus pedidos, tampouco solicitações de informações principalmente as relacionadas a despesas públicas. (AMARRIGO, 2006, p. 38).

3. CORRUPÇÃO VERSOS BRASIL

Segundo Garcia (2011), o processo de formação da população brasileira, marcado, principalmente, por uma educação deficitária, certamente contribuiu para inviabilizar o aflorar da moral crítica, dificultando, ainda hoje, o desenvolvimento de uma democracia verdadeiramente participativa para o crescimento da sociedade.

Entende-se que é a participação ativa da população no controle social que irá contribuir na transparência das ações dos gestores públicos e possivelmente haverá uma diminuição do índice de corrupção que há nos dias atuais em nossa sociedade.

Embora, mesmo as instituições que possuem uma boa estrutura há pontos críticos que prejudicam as investigações dos atos ilícitos e na transparência do serviço oferecido a população. A falta de instrumentos tecnológicos é um dos fatores que contribuem na má qualidade do serviço.

A corrupção é conhecida por toda a sociedade, e mesmo com todo o empenho de alguns fiscalizadores existem deficiências dentro dos próprios órgãos fiscalizadores das práticas corruptas de administradores públicos.

Para Garcia (2011), os atos de corrupção atualmente noticiados estão longe de serem resolvidos pela norma, eles fazem parte de uma evolução cultural, exigindo uma contínua maturação da consciência popular. Não é por outra razão que a reconstrução democrática do país, levada a efeito pela constituição da república promulgada em 5 de outubro de 1988, ainda é um processo inacabado.

Mas o que tem causado espanto, nos últimos tempos, é a descoberta de que a corrupção esta se descentralizando, assim como a administração do dinheiro público. Inúmeras prefeituras dos municípios do país sofrem com decisões movidas a propinas, licitações viciadas e compras superfaturadas.

No Brasil existe um grande conjunto de leis e normas no combate a corrupção. São vários os órgãos onde as pessoas podem ir realizar suas queixas e reclamações. Entre eles estão: Tribunal de Contas do Estado; Tribunal de Contas da União; Controladoria-Geral da União; Ministério Público Estadual; Câmara Municipal; Procuradoria Geral de República; Secretaria da Receita Federal; e Imprensa.

Acrescenta ainda CGU (2010), que:

[...] A sociedade tem o direito de saber sobre os gastos públicos e se algo estiver errado devemos denunciar para evitar e combater a corrupção, além de ajudar o município a ter organização. [...] Infelizmente existem políticos desonestos que desviam verbas destinadas ao atendimento à sociedade. A participação da sociedade também é muito importante, pois os órgãos fiscalizadores não podem atuar ao mesmo tempo em cada uma das muitas cidades do Brasil. Com a ajuda da população, certamente a corrupção diminuirá. Denunciar é o primeiro passo. (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2010, p 31).

A tecnologia da informação hoje faz com que a sociedade fique mais atenta com os acontecimentos e com o uso do dinheiro público. O portal da transparência do governo federal é um meio que contribui para mostrar aos cidadãos à aplicação do dinheiro público por reunir informações sobre a atuação do governo, e estabelece uma relação entre governo-sociedade de maneira transparente.

Este meio de comunicação propicia à população a possibilidade de entender como a administração pública atua, assim, os cidadãos podem até influenciar seus prefeitos no processo de tomada de decisão, é um acesso simples e de fácil compreensão, um espaço para a participação popular na busca de soluções para a gestão pública, é uma forma de diálogo entre a sociedade civil e o governo.

Quanto mais bem informado o cidadão, melhores condições ele tem de participar dos processos decisórios e de apontar falhas. Isso possibilita a eficiência da gestão pública e contribui para o combate à corrupção.

O cidadão precisa buscar informações sobre os recursos públicos federais transferidos a Estados, Municípios e Distrito Federal e sobre os recursos transferidos diretamente aos cidadãos. São vários os problemas enfrentados pelos municípios brasileiros em busca de combater o mal que aterroriza as cidades.

Hoje se pode acreditar que há melhoras nesse sentido, a população atualmente encontra-se mais informada. Pois há conquistas louváveis que aconteceram e está acontecendo no país como impeachment, quebra de decoro parlamentar, Lei de improbidade administrativa, parlamentares respondendo processos criminais. Essas são importantes contribuições na diminuição da corrupção no território nacional.

3 METODOLOGIA

O presente estudo trás a problemática de analisar qual a visão de um determinado grupo de professores Lagartenses sobre os dirigentes políticos corruptos. O presente trabalho foi desenvolvido em uma escola da rede Municipal da cidade, esta, possui uma equipe com 50 professores onde 10% deles participaram da pesquisa.

Com base nos escritos de Gil (2006), podemos definir os seguintes tipos de pesquisa: a) Exploratória: é aquela pesquisa que tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer ou modificar ideias, como o estudo de caso e a aplicação de um questionário com perguntas padronizadas; b) Explicativa: são aquelas que têm como objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos; c) Qualitativa: caracterizam-se como tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos participantes do estudo. A abordagem qualitativa é uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Portanto, este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa exploratória, explicativa e qualitativa.

De acordo com as definições acima, a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada. Os procedimentos adotados para a coleta dos dados foram separados em dois blocos: exame da literatura existente sobre o assunto e a observação por meio da aplicação de um questionário com perguntas padronizadas.

A elaboração das perguntas, e a análise das respostas dadas pelos participantes foram tratadas e interpretadas de maneira que fique de fácil entendimento tanto para a autora como para todos os interessados no tema. Perguntas estas que segue em anexo na pagina 16 do presente artigo.

Foi escolhido o método de estudo de caso, pois este visa o exame detalhado de um ambiente, ou de uma situação em particular (GODOY, 1995). Partindo desse referencial, deveremos analisar e interpretar de maneira cuidadosa as respostas dadas pelos professores que se dispuseram a colaborar com o presente trabalho científico.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE LAGARTO/SE

Esse capítulo tem a finalidade de analisar os dados obtidos na entrevista. A análise dos dados é uma interpretação do significado material apresentado e dos objetivos propostos ao tema escolhido pela autora, cujo objetivo é organizar todas as informações de forma que facilite a interpretação ao problema que foi proposto nele. Todos os participantes da pesquisa atuam em uma escola da rede municipal de Lagarto e possuem nível superior completo.

Percebe-se que está na corrupção a causa dos erros que ocorrem na sociedade, visto que, toda a origem dos males sociais começa pelos desvios do dinheiro público, este, administrado pelos representantes políticos. Se os recursos oriundos do orçamento da cidade fosse usado de forma honesta muita coisa poderia ser mudada no município.

Os concursos públicos podem diminuir com o nepotismo. O concurso é uma forma democrática de alcançar um cargo público por pessoas que realmente estão qualificadas e preparadas devido ao seu processo de seleção. Entretanto, deve-se considerar que os agentes públicos que se deixam corromper sempre darão um jeito de criar novos cargos para empregarem parentes e amigos.

Desenvolver uma visão crítica dos alunos do município de Lagarto e na escolha dos candidatos políticos é de inteira responsabilidade do corpo docente das escolas. Orientar e mostrar a realidade das propostas dos candidatos aos alunos é um grande benefício para a sociedade. Essa também é uma forma dos estudantes não serem vítimas das propostas absurdas de alguns candidatos que não possuem uma boa índole para atuar no setor. É válido mostrar aos alunos a importância de escolher as pessoas certas para o desenvolvimento do município Lagartense.

Incentivar os alunos a acionar os órgãos oficiais para realizar denúncias de fraudes é uma forma simples e prática de diminuir o número de erros cometidos pelos representantes do povo. Pois os tribunais de contas tanto Estadual, Federal e órgãos como a CGU podem contribuir na diminuição das práticas errôneas dos gestores, mas a participação da população também é importante.

Há quem afirmem que o sistema político é tão corrupto que na maior parte dos casos os agentes dos órgãos fiscais se deixam manipular pelos governantes, ou são coibidos a não executar suas funções como deveriam.

Se todo cidadão entender a importância de denunciar não teríamos tantos corruptos no poder. A participação das pessoas no controle social, fiscalizando o orçamento público pode contribuir na transparência dos gastos da prefeitura. A população é a maior fiscalização que um órgão pode ter, ficando mais claro a utilização do dinheiro público.

A gestão pública precisa trabalhar para avançar cada vez mais na transparência de seus gastos. Assim, a ampliação da divulgação das ações governamentais a milhões de brasileiros é de fundamental importância, além de contribuir para o fortalecimento da democracia brasileira.

Devido os casos de denúncias sobre os políticos em todo o território nacional. O cidadão encontra-se descreditado que um dia teremos uma sociedade justa, onde todos terão casa, saúde, educação e trabalho igual para todos; uma sociedade sem corrupção. Esse é um desejo que dificilmente será alcançado.

O improvável está em acreditar que haja político honesto no Brasil, pessoas que ainda querem fazer a diferença no país. Mesmo que alguém seja honesto no momento em que entrar na política provavelmente tornar-se-á desonesto também, pois o meio influencia muito. Encontrar um governo honesto e que queira fazer a diferença talvez seja algo difícil. Embora, certamente ainda existem pessoas incorruptíveis, que exercem seus mandatos com dignidade, responsabilidade, cumprido suas funções baseado na ética.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intoleráveis altos índices de corrupção fazem parte do sistema brasileiro há séculos, tendo sua origem no período colonial e avançando até ao mundo contemporâneo em que estamos inseridos. Devemos considerar que ainda existe um vasto caminho a percorrer, visto que, ela está ligada a fragilidade ética dos agentes públicos.

A corrupção é considerada uma das maiores ameaças ao desenvolvimento político e econômico dos Estados brasileiros. É importante que a sociedade passe a cobrar dos candidatos um maior compromisso com a ética e com a transparência. Uma maneira de fazer isso é submetendo os candidatos a um compromisso público de conduta, que possa ser adaptado as necessidades de cada Município.

É de grande valia a participação dos educadores no controle social. Os professores, cidadãos formadores de consciência, possuem um papel importante no incentivo do controle social perante seus alunos. A contribuição desses profissionais comprometidos com o desenvolvimento do país é essencial na divulgação das formas do controle social junto à comunidade escolar em que trabalham. Mostrando que essas possibilidades foram criadas para auxiliar na boa gestão dos recursos públicos.

Eles podem atuar como membros de conselhos fiscais formalmente constituídos como o conselho de alimentação escolar (CAE), unidades executoras do programa de dinheiro direto na escola (PDDE), entre outros. Divulgando, aos seus alunos, a existência e a real finalidade dos conselhos, aproximando os mesmos ao principal interessado das políticas de educação no país.

Quanto mais informado o cidadão, melhores condições ele terá para fiscalizar os processos decisórios e encontrar as falhas existentes. Isso possibilita a eficiência da administração pública e contribui na busca de um menor índice de corrupção no país.

O controle social, interpretado como a participação do cidadão na gestão pública; é um mecanismo de prevenção da corrupção, onde o povo passa a ser fiscal dos seus governantes. Ele também pode ser visto como uma maneira de fortalecer o exercício da cidadania. Essa fiscalização da população revela-se um complemento indispensável na democracia participativa, pois a fiscalização do cidadão pode auxiliar na diminuição dos desvios do dinheiro público.

REFERÊNCIAS

AMARRIBO, Amigos Associados de Ribeiro Bonito. **O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil**. 4 ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: **Informação e documentação: citações em documento: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: **Informação e documentação: trabalhos Acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: **Informação e documentação: referências bibliográficas: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto consolidado até a Ementa Constitucional nº 55 de 20 de setembro de 2007**. Brasília, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 6 ed. Rio de Janeiro, 2006.

Controladoria Geral da União. **Como a sociedade pode ajudar no combate à corrupção?**. 1 ed. Brasília: CGU, 2007.

Controladoria Geral da União. **Olho vivo no dinheiro público**. 2 ed. Brasília: CGU, 2010.

GARCIA, Emerson. **Corrupção. Uma Visão Jurídico-Sociológica**, Rio de Janeiro, jul. de 2008. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_const/a_corrupcao_u_ma_visao.pdf. Acesso em: 25 de set. 2012.

GARCIA, Emerson. **Repressão à corrupção no Brasil: entre realidade e utopia**. Rio de Janeiro, mar. de 2011. Disponível em: <http://www.conamp.org.br/Livros/REPRESS%C3%83O%20CORRUP%C3%87%C3%83O%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 27 de set. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2006.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. São Paulo, Revista de administração de empresas, 1995.

SITE: **Charges**. Disponível em: <http://www.=CHARGES+DOS+PODERES+DO+BRASIL>. Acesso em: 26 abr. 2012.

SITE: **Veja on-line**. Disponível em: http://veja.abril.com.br/120400/p_042.html. Acesso em: 07 mai 2012.